

REFLEXÕES SOBRE A AUTO-SUSTENTABILIDADE EM CONDIÇÕES DE POBREZA

*Ailton Mota de Carvalho**

Resumo: O discurso do “desenvolvimento sustentável”, ou do crescimento com sustentabilidade, aparece sempre revestido de uma grande carga emocional e de subjetividade, o que significa dizer que existem várias formas de conceituar o tema. Enquanto mera filosofia pode-se pensar num ideal de harmonia entre o almejado crescimento econômico e a preservação na natureza. Porém, na prática, o conflito é mais verdadeiro que a conciliação e, tanto é assim, que provocou a existência do debate e, mais, a institucionalização deste debate nos mais altos foros internacionais.

É preciso caminhar entre o sonho e a realidade e relativizar esta discussão, principalmente no que se refere à situação dos países e regiões mais pobres do mundo, nos quais as opções de vida são poucas, para não dramatizar muito. Para as populações destes lugares pobres, é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à exploração da natureza (pesca, coleta, agricultura, pastoreio) sejam consideradas agressivas à natureza. A compatibilidade (im)possível entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente em situações de extrema pobreza são o objeto de análise exploratória deste texto.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Pobreza, Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Del poder del hombre sobre la naturaleza
ha resultado el poder que ejercen unos
hombres sobre otros,
com la naturaleza como instrumento.

C. S. Lewis

As inter-relações entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico são uma descoberta relativamente recente, e que ainda estão em fase de elaboração e de debate.

* Doutor em Ciências Sociais e Sociologia – Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO) e Universidade de Brasília (UnB).

Coordenador do Mestrado em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte-Fluminense – Centro de Ciências do Homem.

A percepção da globalidade dos problemas ambientais começou a se tornar imperativa na década de setenta, pois, até então, a mobilização ambiental estava direcionada para problemas locais.

A primeira manifestação internacional mais sistematizada desta preocupação foi a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano”, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, que resultou na criação do “Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente” (PNUMA).

Desde então, a evidência e o agravamento dos problemas ambientais e sua relação causal com o modelo de desenvolvimento econômico, se tornou evidente e provocou uma polarização do debate, com uma oposição entre os adeptos do “desenvolvimento econômico” e os defensores do “respeito à natureza”.

Entre estes dois extremos, surge um meio termo: o discurso do “desenvolvimento sustentável”, ou do crescimento com sustentabilidade que aparece sempre revestido de uma grande carga emocional e de subjetividade, o que significa dizer que existem várias formas de conceituar o tema.

É muito difícil, em nossa opinião, generalizar estes conceitos e impor normas de conduta universais, sobre o que deva ser esta tal de “sustentabilidade”, mesmo porque há que se relativizar, no mínimo, a enorme diversidade de paisagens físicas, e os variados graus de desenvolvimento socioeconômico entre as nações, e mesmo no interior dos países.

Enquanto mera filosofia, pode-se pensar num ideal de harmonia entre o almejado crescimento econômico e a preservação na natureza. Porém, na prática, o conflito é mais verdadeiro que a conciliação e, tanto é assim, que provocou a existência do debate e, mais, a institucionalização deste debate nos mais respeitados foros internacionais.

É preciso caminhar entre o sonho e a realidade e relativizar esta discussão, principalmente no que se refere à situação dos países e regiões mais pobres do mundo, nos quais as opções de vida são poucas, para não dramatizar muito.

Para as populações destes lugares pobres, é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à exploração da natureza (pesca, coleta, agricultura, pastoreio) sejam consideradas agressivas à natureza.

A compatibilidade (im)possível entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente em situações de extrema pobreza é o objeto de análise exploratória deste texto.

A QUESTÃO CONCEITUAL

Um dos avanços conceituais e propositivos mais significantes sobre este tema se encontra no “Informe da Comissão Brundtland”, conhecido também como “Nosso Futuro Comum”, dado a conhecer em 1987¹. É precisamente neste relatório onde, pela primeira vez, se vincula o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, criando um novo conceito: o de desenvolvimento sustentável.

A partir da publicação deste relatório, segundo Herculano (1992) surgem duas principais interpretações relacionadas ao termo: uma mais otimista que o considera como a nova esperança de desenvolvimento solidário e igualitário, e outra que o relaciona a uma nova conspiração dos países desenvolvidos contra os subdesenvolvidos, um neocolonialismo que objetiva a riqueza de nossa biodiversidade.

Neste documento, publicado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas (1988:47) está a mais conhecida e citada definição de desenvolvimento sustentável desde então:

“desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.”

O que geralmente não é mencionado, é que imediatamente após esta passagem, está escrito que o desenvolvimento sustentável contém dois conceitos-chaves:

- “o conceito de “necessidades”, sobretudo necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade”;
- “a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras”.

Desta leitura nos parece claro que existe, por um lado, uma responsabilidade com as necessidades atuais da população, mas, por outro lado, se reconhece que podem existir limitações do quadro natural, social e econômico para atender estas necessidades.

O ideal, naturalmente, que todos almejam, é a plena satisfação das necessidades humanas, sem comprometimento da natureza. Caso esta conciliação harmônica não

¹ A Comissão Brundtland foi criada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1983, e presidida pela Senhora Gro Harlem Brundtland, Primeira-Ministra da Noruega.

seja possível, encontramos-nos numa terrível encruzilhada: a de escolher entre o caminho do desenvolvimento e o da preservação.

Diegues (1993) identifica estas duas visões: a primeira é mais “antropocêntrica” e reafirma a primazia do homem sobre o quadro natural; e a segunda é mais “ecocêntrica”, na qual o mundo natural tem um valor em si mesmo, independente da utilidade que venha a ter para o homem. No campo acadêmico esta seria a grande divisão que se estabelece entre os cientistas sociais e os cientistas naturais.

Se esta dicotomia já é verdadeira, em linhas gerais, o que pensar então da possibilidade de conciliação entre o desenvolvimento sustentável em situações de extrema pobreza, nas quais o conflito se torna mais agudo e não possibilita atitudes paliativas e nem ações de longo prazo?

Relativizando o emocional, o moral e o ideal, como falar e praticar a “preservação ambiental” para os 800 milhões de seres humanos que passam fome? O que deve ser prioritário, a natureza ou a vida humana? É possível haver compatibilização entre o processo econômico e o aproveitamento respeitoso a natureza e ao meio ambiente, num quadro de extrema pobreza?

Esta questões são apenas exemplos de uma concepção muito controvertida, cuja discussão voltou a se tornar mais intensa a partir da ECO-92, no Rio de Janeiro. Apesar de sua ampla aceitação mundial, a auto-sustentabilidade pode ter vários significados, já que construídos em diferentes contextos naturais, políticos, culturais e sociais.

O BEM-ESTAR HUMANO COMO FUNDAMENTO DA SUSTENTABILIDADE

O discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico.

O conceito pressupõe, por outro lado, uma continuidade e a permanência da qualidade de vida e das oportunidades da sociedade ao longo do tempo, ou seja, numa perspectiva de longo prazo, já que se refere a uma responsabilidade da atual geração com as gerações futuras, supondo que o que é bom para nós hoje, também será bom para nossos descendentes, daqui a dezenas de anos. Este caráter estático da concepção já é algo que merece uma reflexão.

Segundo cita Ignacy Sachs, o desenvolvimento sustentável cria dois tipos de solidariedade: uma sincrônica, com a geração à qual pertencemos (intrageneracional); e a outra diacrônica, com as gerações futuras (intergeracional). (Sachs, 1990, *apud* Araújo

& Tânia Bacelar, 1999).

Desta forma as gerações atuais ficam com a grande responsabilidade de viver, de preservar e ainda de legar para as gerações futuras um mundo melhor do que o atual, uma vez que mais desenvolvido e com mais qualidade de vida. Uma grande responsabilidade, portanto, quase sempre generalizada, sem levar em conta que devem existir graus diferenciados de responsabilidade, entre os vários segmentos da sociedade, entre gerações e entre os países.

A sustentabilidade é vista como uma oportunidade, que consiste em deixar para as futuras gerações, tantas, ou mais, oportunidades como as que nós tivemos. Esta oportunidade pode ser medida por riquezas que deixarmos, ou por melhores condições de vida, medidas por intermédio do capital:

- a) natural, como estoque de ativos ambientais;
- b) humano, como as pessoas e sua educação que são a base cultural e institucional para o funcionamento da sociedade;
- c) social, representado especialmente pelos investimentos em saúde, educação e nutrição; as instituições; a informação coletiva e o conhecimento;
- d) construído, representado pela infra-estrutura física.

O núcleo, portanto, da construção da sustentabilidade, são os capitais humanos, municiados por seus instrumentos culturais e científicos, para a realização da boa vida com mais justiça social, ou seja, a constituição de comunidades humanas sustentáveis, respeitadas as diversidades culturais, naturais e econômicas.

Este respeito à diversidade e a responsabilidade com o futuro da humanidade são pontos-chaves nesta discussão. Como diz Buarque (1998) “a parcela da geração atual que padece de pobreza e de desigualdade não pode se sacrificar em função de um futuro improvável e imponderável para os seus filhos e netos, assumindo um comprometimento com o futuro sem sequer ter presente.” (grifo nosso).

Ou seja, uma comunidade qualquer só pode legar para outra, aquilo que possui e aquilo que sabe, de acordo com suas posses e sem comprometer a sua sobrevivência atual, em primeiro lugar. Como deixar para as gerações futuras, de forma sustentável, aquilo que não existe e que eu nunca usufruí? Ou aquilo que já foi destruído? Ou ainda aquilo que se encontra em um nível de exploração crítico e irreversível? É nesta mesma direção a posição de Jará (1998:35), quando afirma que: “*é difícil definir*

desenvolvimento sustentável partindo da perspectiva dos países pobres” e eu acrescentaria, dos pobres em geral.

Continua Jara, “*o que é sustentável nos países desenvolvidos da pós-modernidade globalizada, não é necessariamente para os países dependentes e pobres*” (1998:35).

Este raciocínio se aplica para os países, regiões, estados, municípios e populações pobres, cujas prioridades de vida são diárias, uma luta pela sobrevivência dia a dia, ou no máximo, como indica o feliz título do livro de Herculano (1992) “*Como passar do insuportável ao sofrível*”.

O Ecodesenvolvimento implica em respeito ao pluralismo cultural e econômico, que resulta nas distintas percepções do meio ambiente pelos diferentes grupos e classes sociais e na diversidade das condições naturais de cada região e país. Conseqüentemente, a percepção e a ação no que se refere a sustentabilidade ambiental é diversificada, de acordo com as características de cada lugar e de cada comunidade. (Maimon, 1993).

A partir de 1983 o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” foi sendo reformulado e ampliado, e com isso ampliando as divergências interpretativas de acordo com concepções ideológicas diferentes; filiações doutrinárias variadas; e de uma maior ou menor ênfase às variáveis que começaram a ser incorporadas ao conceito, destacando-se em alguns casos: o aspecto econômico, em outros os aspectos políticos e sociais, em outros os aspectos naturais (clima, poluição, desmatamento, etc.).

Aliás, esta vertente de interpretação voltada para a preservação dos elementos do quadro natural é muito forte e, geralmente, entendida como “não usar”, mais do que usar com prudência. Aliás, são sinônimos de preservar: livrar; resguardar e defender.

Portanto, este tipo de interpretação, pode se transformar numa “camisa de força”, que impede qualquer tentativa de uso e transformação dos recursos naturais, naquilo que eles têm de mais essencial, ou seja: possibilitar o crescimento econômico e a qualidade de vida das comunidades.

Não devemos nos esquecer então que o conceito ampliado de desenvolvimento sustentável envolve três grandes objetivos:

- a) elevação da qualidade de vida e equidade social;
- b) eficiência e crescimento econômico;
- c) a conservação ambiental.

Um ambicioso e complexo desafio, como já afirmamos, difícil de se realizar na prática em toda a sua amplitude, o que geralmente leva à necessidade de se fazer uma opção de prioridade entre os três objetivos.

Parece-nos clara a necessidade de interação entre os três objetivos, mas para nós é também claro que a prioridade número um é com a qualidade de vida das pessoas, ou como propõe a ONU, um desenvolvimento sustentado centrado nas pessoas.

A este conjunto de interações, que significam uma mudança de postura mundial, com mais preocupação com o desenvolvimento humano, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) denomina de “paradigma do desenvolvimento humano sustentável”.

A pergunta é: temos dados à dimensão social e política do desenvolvimento humano sustentável a mesma importância que se tem dado às dimensões do crescimento econômico e a proteção ao meio ambiente? Nossa resposta é que não!

Reconhecemos que conceito de auto-sustentabilidade se aplica muito mais aos elementos da natureza, mesmo porque possuem um apelo emotivo e um suporte de *marketing* muito mais consistentes.

A humanização deste debate, por paradoxal que possa parecer, é vista ainda como uma certa novidade e até mesmo com uma certa resistência, principalmente por parte dos chamados “cientistas naturais”. Os ecossistemas humanos, principalmente as cidades, não têm uma militância organizada ou vigilante, como acontece com os demais ambientes naturais. A caça indiscriminada às baleias ou a ameaça de extinção de um tipo de macaco das selvas brasileiras, tem muito mais impacto na opinião pública que a mortandade provocada, por exemplo, pela caça a um grupo de terroristas no Afeganistão.

E é natural que assim seja, pois desde que E. Haeckel definiu, em 1869, a *ecologia*, como o estudo das relações entre um ser vivo e seu entorno, os estudos ecológicos se centraram nas espécies animais e vegetais.

Há que se insistir na concepção da Ecologia Social ou Ecologia Humana, numa visão ampliada e aliada das outras visões mais naturalistas, mas centrada no homem. A conservação das espécies animais e vegetais é tão só uma das muitas condições requeridas para a sobrevivência e o bem-estar dos homens.

Este é um ponto básico, pois é pouco provável que as pessoas apoiem os programas e projetos de preservação ambiental, se perceberem que eles ameaçam o seu meio de

vida e seus direitos, restringindo o acesso à terra, aos produtos florestais e aos recursos aquíferos. Em alguns casos, por exemplo, a criação de áreas protegidas significou, para as populações locais, um aumento de restrições no uso de recursos naturais que inviabilizaram a sua sobrevivência (Diegues, 1993).

Mesmo porque, conforme já insinuamos, a percepção do que é degradação, ou do que é preservação, requer uma aplicação de juízo de valor, o que varia de um grupo social a outro, além do fato óbvio que varia de uma região para outra.

Desconhecer esta realidade, segundo LEFF (1998), pode levar a que “O desenvolvimento sustentável se converta numa visão distorcida que burla a percepção do real e nosso atuar no mundo”.

Desta forma, chegamos novamente à encruzilhada desta nossa discussão: ou damos prioridade à preservação do meio ambiente, entendido como ambiente natural, abrindo mão de um certo patamar de crescimento econômico; ou perseguimos a melhoria dos indicadores econômicos e da qualidade de vida à custa de uma exploração dos recursos naturais.

Esta é uma opção política, ideológica e natural, no sentido de que envolve o instinto da sobrevivência da espécie humana, de sua perpetuação.

Naturalmente que os analistas mais puristas e mediadores, vão dizer que nem uma coisa nem outra e sim a famosa via alternativa que permita alcançar crescimento econômico sustentado e a preservação dos recursos naturais, o que não traz novidade nenhuma, pois é o ideal que todos buscamos, mas, pelo que estamos tentando argumentar, é difícil de ser alcançado, principalmente em determinadas circunstâncias.

Na realidade, as relações entre crescimento econômico e dano ambiental são variadas e complexas, o que tem levado a alguns autores a afirmar que o crescimento econômico, por si só, não é causa nem remédio para a degradação do meio ambiente. Aliás, uma observação mais atenta do mapa-mundi, vai nos mostrar que os continentes com mais preservação do seu quadro natural, são também os de menor poder econômico.

Com base em antecedentes empíricos de diversos países, surgiu uma hipótese de que a relação entre crescimento da renda *per capita* e o nível de degradação ambiental, tem a forma de U invertida, ou seja: numa primeira etapa, o crescimento se associa diretamente com um maior dano ambiental (esta seria a etapa que os países em desenvolvimento enfrentam hoje em dia); e uma vez alcançado um certo nível de renda, a degradação do meio ambiente começa a diminuir com o crescimento da renda (esta seria a realidade dos países mais desenvolvidos) (Torales, 1996).

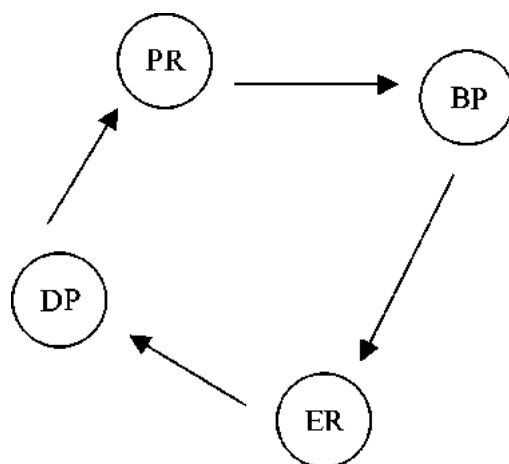
Todavia, há de se considerar uma terceira tipologia que não corresponde exatamente ao previsto nestes antecedentes: trata-se daquelas situações de grupos sociais, ou de regiões em situação de extrema pobreza econômica e social, caracterizadas por níveis críticos de degradação das condições ambientais.

Estas complexas relações entre a pobreza e a degradação dos recursos naturais, têm sido objeto de inúmeras análises teóricas. Lopes (Rimisp,1996), cita algumas destas relações:

a) os pobres geralmente têm poucos recursos e de má qualidade e, posto que necessitam produzir para a sobrevivência, necessitam utilizar o meio ambiente, acima de sua capacidade de carga;

b) a conservação de recursos é um investimento de longo prazo, enquanto que a taxa de preferência intertemporal dos pobres é demasiadamente alta. Dado que a taxa de preferência intertemporal individual é maior que a taxa de produtividade do sistema, opta-se por não conservar.

Forma-se assim um sistema de causação circular: poucos recursos ■ baixa produtividade ■ sobre exploração dos recursos ■ diminuição da produtividade, etc.



AUTO-SUSTENTABILIDADE E POBREZA

Pois bem: existem no mundo 1,3 bilhões de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza na América Latina existem mais de 200 milhões de pessoas pobres e miseráveis; e no Brasil, algo em torno de 40 a 50 milhões de pessoas em extrema pobreza.

O número de pobres que era de 42 milhões de pessoas em 1990, aumentou para cerca de 50 milhões em 2000, ou seja, 30% da população total; 1% dos proprietários são donos de 46% de todas as terras; os 10% mais ricos têm 50% da renda e os 20% mais pobres têm só 2% da renda nacional; a concentração de renda é das maiores do mundo; a Mata Atlântica ocupa apenas 100 mil km², ou seja, 8% do seu espaço original.

Estas pessoas (os pobres) não são responsáveis por nenhuma degradação e nem podem ser responsabilizadas pela preservação daquilo que não destruíram, ou daquilo que é essencial para a sua própria sobrevivência. O mesmo se pode afirmar com relação às nações.

Aliás, não é mera coincidência que a maioria dos pobres do mundo vive em áreas geográficas ecologicamente vulneráveis. No Brasil, por exemplo, a maior parte dos 50 milhões de pessoas em estado de pobreza absoluta, está concentrada no semi-árido da Região Nordeste. Nesta e em várias outras áreas do Brasil o grau de degradação do meio ambiente, de depressão econômica, de carências de serviços sociais e de infraestrutura e de realidade social é tão grave que torna-se injusto e irresponsável propor uma sustentabilidade destas condições.

Naturalmente que cabe indagar: somos pobres por que vivemos em áreas degradadas, ou degradamos o meio ambiente por que somos pobres?

De acordo com Jara (1998:15) “os pobres e excluídos, forçados pelas carências e pela falta de acesso às condições adequadas de subsistência, com freqüência destroem os ecossistemas imediatos e seu ambiente local... Na tensão entre sobreviver e preservar o meio ambiente, opta-se pela poluição”.

Sem querer desmerecer esta discussão teórica, voltamos à dura realidade de se pensar em preservação do meio ambiente com auto-sustentabilidade, em casos e lugares caracterizados por uma situação de pobreza crônica. É difícil pensar e praticar o desenvolvimento sustentável, partindo da perspectiva dos miseráveis e excluídos.

A reação dos países menos desenvolvidos nos foros internacionais é de desconfiança quanto às medidas de controle e proteção ambiental elaborados nas regiões mais desenvolvidas, justificando que possuem como prioridade a promoção do desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população, além de não terem recursos para investir numa política ambiental.

Outro ponto que merece anotação para um reflexão é o da internacionalização (ou globalização) dos problemas ambientais e das formas de administração. Assim como a

economia globalizada, o meio ambiente também não reconhece fronteiras e a proteção do meio ambiente, não pode, cada vez mais, ser realizada por meio de políticas isoladas de qualquer país. Assim, torna-se difícil pensar num desenvolvimento sustentável local, completamente imune às influências externas. Esta perspectiva deu origem, no plano acadêmico, à teoria da interdependência.

Neste momento atual no qual predomina o paradigma neoliberal, cujo postulado central é o de eleger o mercado como o mecanismo mais eficiente para a gestão de recursos e que converte a natureza em uma mercadoria a mais para a geração de economia, ainda que à custa da sua própria destruição, devemos perceber que a estrutura da economia de mercado contém, em si mesma, a regra da não-sustentabilidade do desenvolvimento.

O VALE DO JEQUITINHONHA – UM EXEMPLO DE INSUSTENTABILIDADE OU DE SUSTENTABILIDADE DA POBREZA

Nosso interesse por esta questão surgiu em função de vários trabalhos empíricos realizados no Vale do Jequitinhonha, conhecido por ser uma das regiões mais pobres do país. Daí começamos a pensar que é muito difícil se pensar em auto-sustentabilidade nessa região, considerando as limitações do seu quadro natural, econômico, social e cultural.

É tal o grau de degradação do meio ambiente, de depressão econômica, de carência de serviços e de infra-estrutura e de complexidade de seu quadro social que torna-se uma irresponsabilidade propor uma sustentação e uma preservação destas condições de vida para os seus moradores.

Quanto às limitações do quadro natural, esta região tem problemas de seca constante; seus rios estão afetados por processos erosivos originados por causas naturais (declividades e características climáticas) e antrópicas (atividades de mineração e agropecuárias). A garimpagem, por exemplo, é feita nos terraços fluviais, provocando o assoreamento dos cursos d'água; e a pecuária extensiva provoca a erosão laminar, que às vezes evolui para imensas voçorocas.

No que se refere ao desmatamento, a região apresenta um acelerado processo de destruição da vegetação nativa. Num período de apenas seis anos (entre 1979 e 1985), as matas naturais foram reduzidas em 93,73%; a caatinga em 56,35% e o cerrado em 46,24%. Grande parte destes desmatamentos é provocada pelos projetos de florestamento com matas artificiais, que se multiplicaram a partir da década de 70, por causa dos incentivos fiscais concedidos pelo governo.

Na região de domínio da Mata Atlântica, que ocupava grande parte do baixo vale do

Rio Jequitinhonha (divisa Minas/Bahia), as alterações também foram profundas, com uma sensível redução de sua área, devido à extração de madeira, carvoejamento, implantação de pastagens e agricultura de subsistência. O uso da queimada, associado à implantação de pastagens e a limpeza de áreas para cultivo, tem contribuído muito para a destruição de grandes extensões desta formação vegetal.

No que se refere ao quadro humano, a região é a mais pobre do Estado de Minas Gerais e uma das mais pobres de todo o Brasil.

Em 1991, continuava a ser a menos urbanizada do Estado, com apenas 49% de população urbana, frente ao índice estadual de mais de 70% de população urbana. A debilidade da rede urbana é patente, constituída por uma maioria de pequenas cidades de menos de 2.000 habitantes.

Os aspectos sociais são os mais graves possíveis, demonstrando as péssimas condições de vida da população local. A taxa de mortalidade infantil, por exemplo, é a mais elevada do Estado, variando de 46 por mil a 59 por mil, conforme a região. Neste mesmo ano (1991), a média do Estado era de 32,60 por mil.

Entre 1980 e 1991, o vale “expulsou” 121.993 pessoas, sendo este um processo constante de perda de população, devido às condições econômicas e sociais que não permitem a reprodução da vida.

O Vale do Jequitinhonha se caracteriza por uma enorme e histórica incapacidade de geração de oportunidades mínimas para a subsistência de seus moradores, carentes de serviços e equipamentos dos mais elementares para uma vida minimamente digna.

Do conhecimento empírico desta região, fica patente a situação de penúria econômica e administrativa da maior parte dos municípios, deficitários em todos os sentidos, o que se reflete na dependência das pessoas quanto à assistência do poder público (cestas de alimentos, empregos e aposentadoria). Este assistencialismo tem limites impostos pela própria (in)capacidade financeira dos municípios, que em sua maioria, vivem às custas de transferências dos outros níveis de governo.

A inviabilidade econômica municipal é uma realidade regional e como grande parte das possibilidades de investimento depende da iniciativa local, estabelece-se uma relação perniciosa de causa e efeito de caráter permanente.

Portanto, tanto do ponto de vista humano, econômico e natural, pouco ou nada existe para se preservar, para auto-sustentar e para legar para as gerações futuras. A sobrevivência no Vale se faz no dia a dia e o amanhã a Deus pertence.

CONCLUSÃO

É preciso, portanto, muito cuidado, em se propalar o desenvolvimento sustentável de uma forma indiscriminada, sem levar em consideração as particularidades de cada caso, de cada sociedade, de cada região.

Querer colocar regiões pobres, como o Vale do Jequitinhonha, numa moldura rígida de paradigmas teóricos e ideológicos de auto-sustentabilidade, pode significar uma conformação com um “*status quo*”, que nada tem para ser preservado e, pelo contrário, aponta para urgentes modificações. A não ser que se queira falar em sustentabilidade da pobreza.

Regiões assim carecem de um processo de (re)construção, no qual partindo-se praticamente da estaca zero (às vezes, até negativa), o meio ambiente (no seu sentido ampliado) possa ser (re)construído e as condições econômicas e sociais possam ser elevadas a um patamar mínimo necessário para se pensar na possibilidade da auto-geração de um desenvolvimento, sentido amplo, voltado para a melhoria da vida. Este é o fim que vai condicionar os meios.

Nosso receio com relação a paradigmas preconcebidos e ideologizados é que por trás deles esteja implícita a aceitação de uma possível neoteoria das vantagens comparativas que diga mais ou menos o seguinte:

Nós, países ricos, nos desenvolvemos às duras custas de uma exploração inadequada dos recursos naturais, e agora aconselhamos a vocês, países pobres, que não cometam o erro que cometemos. Sendo assim, abram mão do crescimento econômico em prol de um meio ambiente saudável e bem preservado.

Resumen: O discurso del desarrollo sustentable o del crecimiento con sustentabilidad, aparece siempre revestido de una gran carga emocional y subjetiva, lo que significa decir que existen varias formas de conceptuar el tema. Como mera filosofía se puede pensar en un ideal de armonía entre el deseado crecimiento económico y la preservación de la naturaleza. Sin embargo, en la práctica el conflicto es más verdadero que la conciliación, provocando la existencia de debates y, llendo más lejos, la institucionalización de este debate en los más altos foruns internacionales.

Es preciso caminar entre el sueño y la realidad y relativizar esta discusión, principalmente en lo que se refiere a la situación de los países y regiones más pobres del mundo, donde las opciones de vida son pocas, para no dramatizar en demasía. Para las poblaciones de estos lugares pobres es incoprensible que sus actividades tradicionales, en gran parte vinculadas a la explotación de la naturaleza (pesca, colecta, agricultura, pastura), sean consideradas una agresión a ella. La compatibilidad (im)posible entre desarrollo económico y preservación del medio ambiente en situaciones de extrema pobreza son el objeto del análisis exploratorio deste texto.

Palabras-Clave: sustentabilidad; pobreza; desarrollamento.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Bertha K. *A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável*. In: Geografia: Conceitos e Temas. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César C.; e Corrêa (organiz.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BEZERRA, Maria Lucila & ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Experiência Recente em Planejamento Regional: Os casos das Associações de Municípios do Setentrião e do Oeste do Paraná*. Governo do Paraná, Paranacidade. Curitiba, 1999.

BICALHO, Ana Maria de S.M & HOEFLA, Scott Wiliian. Nature's Metropolis e a Ecologia Política. *Anuário do Instituto de Geociências*, UFRJ, V.19- 1996, p.115-122

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável. Recife: IICA, 1995 (mediu.). *Publicado pelo IICA como Desarrollo Sostenible- Metodologia de Planeamiento - Experiências del Nordeste de Brasil*. San José da Costa Rica: BMZ7GTZ-IICA, 1997.

_____. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Recife: INCRA:IICA, 1997

CÁRDENAS, Carlos Verdaguer V. *De la sostenibilidad a los ecobarrios*. Madrid, noviembre de 2000, 12 p.

DELGADO, Jaime Ornelas. *Es el desarrollo sustentable una opción viable?*

Revista Ciudades, no 34, abril-junio de 1997, RNIU, Puebla, México, p. 56-63

DIEGUES, Antonio Carlos S. Populações Tradicionais em unidades de Conservação: O mito moderno da natureza intocada. In: *As Ciências Sociais e a questão ambiental rumo à interdisciplinaridade*. VIEIRA, Paulo Freire & Maimon Dália. APED Editora, Universidade Federal do Pará/NAEA, 1993, p. 217-248

FRANCO, Augusto de. Por qué precisamos de um desarrollo local integrado y sostenible? *Revista Instituciones y Desarrollo*, no. 6, PNUD. Tirado da Internet: <www.iigov.org/iigov/pnud/revista/rev6/art-s5.htm>.

HERCULANO, Selene. Como passar do insuportável ao sofrível. *Tempo e Presença*, CEDI, jan/fev ano 14, 1992.

JARA, Carlos Julio - *A sustentabilidade do desenvolvimento local - Desafios de um processo em construção*. IICA-Prorural, Recife, 1998.

LEFF, Enrique. La capitalizacion de la naturaleza y las estrategias fatales del crecimiento insostenible. *Red Latino Americana y Caribeña de Ecologia Social*, tirado de internet; <www.ambiental.net/claes/biblioteca/Leff.html>.

MAIMON, Dália - A economia e a Problemática Ambiental, in Vieira, Paulo Freire e Maimon Dália - *As ciências Sociais e a questão ambiental - Rumo à Interdisciplinaridade- AOED*. Belém: Editora-Universidade Federal do Pará, 1993, p. 45-78.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade. Tirado da internet: <www.mma.gov.br/port/ASCOM/informma/especial/pensa.html>.

TORAL, Alfonso Monardes. *Compatibilidad Entre Economia y Medio Ambiente*. tirado da internet: <www.rimisp.cl/r7monard.html>.

